

DIOGO KUGLER RODRIGUES COSTA

**UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO
ECONÔMICO NO BRASIL A PARTIR DE 1980.**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Me. Marcio José Vargas da Cruz

**CURITIBA
2008**

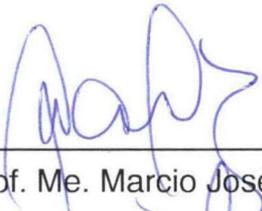
TERMO DE APROVAÇÃO

DIOGO KUGLER RODRIGUES COSTA

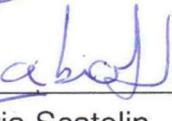
UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL A PARTIR DE 1980.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

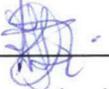
Orientador: _____


Prof. Me. Marcio José Vargas da Cruz

Examinador: _____


Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

Examinador: _____


Prof. Dr. Armando João Dalla Costa

Curitiba, dezembro de 2008.

À minha família, amigos e mestres.

Agradecimentos

Agradeço à minha mãe, Carlota Kugler Rodrigues, ao meu pai, Nelson Costa, e ao meu irmão, Arthur Kugler Rodrigues Costa, pela paciência, compreensão e apoio em todos os momentos da minha inicial vida acadêmica, onde tem a sua primeira etapa, a graduação, se encerrando no presente ano.

Agradeço a todos os meus tios e tias, e em especial ao que estiverem sempre comigo me apoiando e dando ajuda, seja ela financeira ou moral, para a minha continuidade no curso. Obrigado tia Lúcia e tio Ernesto, tia Bia e tio Tadeu, tio Pedro e tia Lídia. Sem vocês esse momento não estaria acontecendo.

Agradeço a todos os meus primos que dividiram comigo vários momentos de felicidade, e que sempre me apoiaram. E agradeço em especial a dois, que para mim são como irmãos, Luís Guilherme e Gustavo, por terem me cedido um espaço e terem me aguentado no apartamento por mais de três anos. Guilherme, Obrigado por todos os momentos onde precisei de sua ajuda, pelos shows e espetáculos que você conseguia convites, por dividir o seu conhecimento cultural, pela convivência, paciência e pelas cervejas. Eu aprendi muito com você. Obrigado! Espero um dia retribuir. Gustavo, grato eternamente pela camaradagem, amizade, conversas, parceria, risos, ensinamentos, debates e cervejas. Você sabe a importância que teve. Nos momentos bons e ruins, você sempre esteve presente para dar força. Obrigado! “Guys”, resumindo, obrigado por tudo! Vocês sabem que sempre podem contar comigo!

Agradeço aos amigos. Impossível fazer uma lista aqui de todos eles, mas cada um teve uma parcela importantíssima nesta etapa que se encerra. Obrigado a todos, sejam da faculdade ou não. São umas das bases mais importantes para mim.

Agradeço aos meus mestres por todos os ensinamentos adquiridos, e pela compreensão e paciência em ajudar nos momentos mais difíceis. Mas obrigado mesmo é por terem me feito um ser humano melhor, com um olhar crítico mais apurado para compreender e tentar ajudar o mundo em que vivemos. Grato eternamente! Agradeço em especial meu orientador, professor Márcio. Obrigado pela paciência, atenção e disponibilidade para a realização dessa monografia.

E por último, agradeço a Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de poder realizar esse curso.

"Sem um desvio do normal, o progresso é impossível."

Frank Zappa

*"A gestão da economia tem apenas dois problemas:
quando as políticas fracassam e quando as medidas funcionam."*

Joelmir Beting

RESUMO

Até meados de 1970, o Brasil apresentou um vertiginoso crescimento industrial, o que correspondeu em boa parte dos níveis altos de crescimento econômico registrados até então. Mas nas décadas de 80 e 90, como resultado de estabilidades internas e externas da economia, houve uma quase paralisia desse crescimento, assim como uma desindustrialização precoce no país. Assim, o presente trabalho teve como objetivo fazer um levantamento das políticas macroeconômicas adotadas em distintos períodos da economia brasileira e analisar os possíveis impactos que essas políticas tiveram sobre a indústria no Brasil. No último capítulo foi feita uma análise com base em estudo de outros autores, assim como do presente trabalho, sobre os possíveis impactos dessa desindustrialização sobre o crescimento econômico no longo prazo. O trabalho finaliza-se com uma rápida discussão sobre os impactos causados pelas políticas macroeconômicas, e o importante papel das políticas industriais para ajudar a industrialização em setores-chaves da economia.

Palavras-chave: Desindustrialização, Progresso Técnico, Crescimento Econômico, Mudança Estrutural e Políticas Macroeconômicas.

ABSTRACT

Until 1970, Brazil presented a constant industrial growth, which corresponded to a large part of the high levels of economic growth recorded so far. But in the 80s and 90s, as a result of internal and external stability of the economy, there was almost a paralysis that growth, as well as an early deindustrialization in the country. Thus, this study aimed to do a survey of the macroeconomic policies adopted in different periods of the Brazilian economy and analyze the potential impact that these policies have had on the industry in Brazil. In the last chapter has done an analysis based on studies of other authors, and the present study, on the potential impact of deindustrialization on economic growth in the long term. The work ends with a quick discussion on the impacts of light industrial policies to help industrialization in key sectors of the economy.

Keywords: Deindustrialization, Technical Progress, Economic Growth, Structural Change and Macroeconomic Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1986- 2004.....	27
FIGURA 2 – RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1986 – 2004.....	28

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS SETORES NA PARTICIPAÇÃO DO PIB.....	4
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS NO PIB (1900 – 2007).....	12
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO EMPREGO (1940 – 2000).....	13
GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS REAIS (%) a.a - (1980-2007).....	19
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (2000=100).....	21
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES.....	22
GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS NO PRODUTO INDUSTRIAL.....	25
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL (1947-2007).....	29
GRÁFICO 9 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO - 1964 a 2008.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE PERIODOS NO BRASIL - 1930/80
E 1980/200023

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL.....29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2 CRESCIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL: ABORDAGEM TEÓRICA	2
2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO X DESINDUSTRIALIZAÇÃO	2
2.1.1 Desindustrialização: A “Doença Holandesa” e outras fontes de desindustrialização.....	4
2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MUDANÇA ESTRUTURAL	5
2.2.1 Estruturalismo de Hirschman: Uma estratégia para o desenvolvimento.	6
2.2.2 Tecnologia, Produtividade e Crescimento Econômico.	7
2.2.3 Estrutura Produtiva e as Políticas Macroeconômicas	9
3. DA INDUSTRIALIZAÇÃO A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	12
3.1 Da Industrialização a Desindustrialização: Uma rápida abordagem.	12
3.2 O Fim da era do café e o começo da Industrialização	14
3.2.1 Características da Industrialização por Substituição de Importações (PSI)	16
3.2.2 Principais Políticas Macroeconômicas do PSI.....	16
3.3 A DÉCADA PERDIDA E OS ANOS 90.	18
3.4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO: POSSÍVEIS CAUSAS	23
4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	25
4.1 INDÚSTRIA E SERVIÇOS: UMA VISÃO MAIS DETALHADA	25
4.2 PRODUTIVIDADE, INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.	26
4.3 ESTABILIDADE MACROECONÔMICA, POLÍTICA INDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.	32
5. CONCLUSÃO	34
6. REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

O Brasil até o final de 1970 alcançou um crescimento industrial vertiginoso, acompanhado da expansão da indústria de transformação. E como resposta a esse crescimento industrial, obteve uma média de crescimento do seu PIB (Produto Interno Bruto) acima de 6,5% ao ano durante o período de 1950 a 1970. O crescimento da indústria brasileira, que continuou até final da década de 70, foi impulsionada principalmente pelo Estado, que agia utilizando-se de políticas industriais e macroeconômicas, principalmente o câmbio, que foi mantido desvalorizado, com o intuito de estimular o crescimento da indústria de transformação

Isso tudo muda na virada da década 70 para 80, onde há um grande problema no cenário externo e interno da economia: a hiperinflação e a dívida externa. Assim, as duas décadas seguintes são voltadas não mais para o processo de crescimento e industrialização, mas sim para o controle e estabilidade das variáveis macroeconômicas. Como consequência dessa mudança, há uma forte retração da média de crescimento econômico e uma incipiente desindustrialização precoce.

A estabilidade monetária foi atingida na década de 90, mas com um câmbio supervalorizado e uma alta taxa de juros reais, assim como uma ausência de políticas industriais efetivas, sendo essas, algumas possíveis barreiras a uma maior participação da indústria no PIB, principalmente a indústria de transformação.

Assim sendo, o presente trabalho pretende fazer uma análise do processo de desindustrialização que está acontecendo na economia brasileira entre 1980 a atual década, dando ênfase a indústria de transformação, por ela ser uma das forças para um maior crescimento econômico. Serão analisados os possíveis efeitos das políticas macroeconômicas adotadas no período, antes e depois da década de 80, com relação a indústria. E por fim, o presente trabalho apresentará uma análise da mudança estrutural observada no emprego e no produto da economia brasileira, e discutindo as possíveis consequências para o crescimento econômico no longo prazo.

2 CRESCIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL: ABORDAGEM TEÓRICA

Nesta sessão será apresentado o referencial teórico que será utilizado para a realização da análise do processo de desindustrialização e as conseqüências no longo prazo sobre o produto da economia.

2.1 INDUSTRIALIZAÇÃO X DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Os debates em torno do processo de desindustrialização têm se tornado com o passar dos tempos um tema relevante para economistas e pesquisadores, e esse fenômeno se destaca, por exemplo, na América Latina, principalmente depois das reformas que ocorreram na condução de política econômica a partir dos anos 90, e que tiveram uma grande força na mudança estrutural que essas economias sofreram na última década segundo PALMA (2005). Mas o que é desindustrialização? Segundo ROTHORN e RAMASWAMY (1999) desindustrialização pode ser definida como uma diminuição da participação do emprego na indústria, que ocorre por incorporação de novas tecnologias, aumentando assim a produtividade, e também é caracterizado pela diminuição da participação da indústria no produto e no emprego da economia em relação a outros setores, principalmente o de serviços. E completando a definição, os autores deixam claro que esse processo não é maléfico para economia, quando ocorre naturalmente, ou seja, como resultado do desenvolvimento da economia.

Assim sendo, a desindustrialização é um processo natural do progresso econômico. PALMA (2005) faz uma excelente síntese do processo de desindustrialização, na qual diz que as mudanças na estrutura de empregos são deflagradas por um aumento na produtividade do setor agrícola. Esse aumento de produtividade do setor agrícola – ocorrido principalmente pela incorporação de máquinas – reduz a necessidade de mão-de-obra na agricultura, aumentando ao mesmo tempo tanto a demanda por insumos agrícolas intermediários como por insumos de capital, e a demanda por bens de consumo por parte daqueles que se beneficiam do aumento de produtividade agrícola. Essa mão-de-obra liberada pela agricultura se desloca inicialmente para outros setores da economia que se beneficiaram do aumento da demanda do setor agrícola, como o setor industrial que

produz as máquinas que fizeram o aumento da produtividade agrícola, ou posteriormente para outros setores que foram beneficiados pela dinâmica mais geral do crescimento econômico.

Essa nova fase que é chamada de “industrialização” e ocorre quando a mão-de-obra que foi desligada do setor agrícola começa a se deslocar para outros setores, principalmente indústria e serviços. E em uma fase seguinte, ainda segundo PALMA (2005), ocorre paralelamente uma contração contínua do emprego na agricultura e uma expansão do emprego no setor de serviços, e segue-se uma tendência de estabilização da participação do emprego industrial no contexto geral de empregos. E finalmente vem uma nova fase, a da desindustrialização, na qual o emprego industrial começa a cair, e que segundo ROWTHORN e RAMASWAMY (1999), o principal argumento para a perda dessa mão-de-obra no setor industrial frente aos demais setores é que o ritmo mais intenso de crescimento da produtividade da indústria em economias avançadas provoca uma queda acentuada dos preços relativos dos bens industrializados e, por conseguinte, um forte estímulo à demanda desses produtos. Esse grande ganho de produtividade, do setor industrial é a causa, como na agricultura, da perda de emprego nesse setor. Concluindo, a desindustrialização é um fenômeno essencialmente tecnológico, ou seja, é o resultado do avanço técnico em função dos ganhos de produtividade. E o setor de serviços é a principal fonte de absorção de mão-de-obra dispensada ou não absorvida pela indústria.

Completando a idéia acima, essa transferência do emprego que ocorre com esse desenvolvimento, também ocorre na participação do PIB. CLARK (1957) explica que as mudanças de elasticidade-renda na demanda por produtos industriais são mais altas em economias com renda per capita baixa, e que essas economias, normalmente contam com uma participação do setor primário no PIB mais acentuadas, em relação a outros setores da economia. Mas no momento que sua produtividade no setor primário vai aumentando – processo já discutido anteriormente – sua renda per capita vai aumentando, e conseqüentemente, sua demanda por bens industrializados. Isso faz o setor industrial aumentar sua participação relativa no PIB. No momento que essa economia alcança níveis altos e sustentáveis na renda per capita, acontece uma transferência da participação majoritária da indústria no PIB para o setor de serviços. O gráfico apresenta a evolução esperada da participação dos setores no PIB ao longo do tempo em uma

economia hipotética. Observa-se que a participação industrial aumenta e depois diminui.

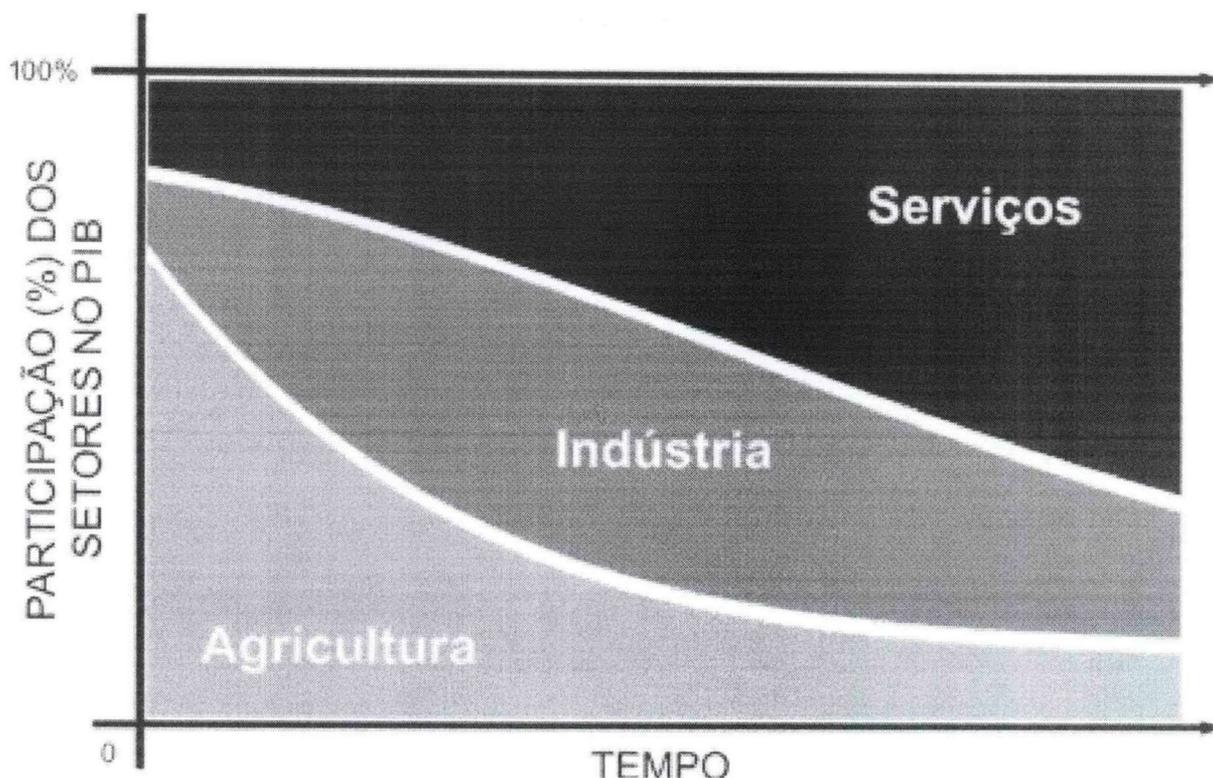


GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS SETORES NA PARTICIPAÇÃO DO PIB

Fonte: Elaboração Própria com base no trabalho de GERSHUNY (1988, pg. 321)

Como dito anteriormente, esse processo não é maléfico para a economia, quando corre naturalmente, ou seja, é o resultado do aumento de produtividade do setor industrial. Mas o processo de desindustrialização pode ser desencadeado “antes do tempo”, podemos assim dizer, em algumas economias por motivos que serão tratados no decorrer da sessão.

2.1.1 Desindustrialização: A “Doença Holandesa” e outras fontes de desindustrialização.

Segundo PALMA (2005), a chamada “Doença Holandesa” foi um caso de desindustrialização que ocorreu na Holanda na década de 60, onde houve uma descoberta de gás natural em grande quantidade. A Holanda, que até aquele momento estava buscando a geração de superávit comercial na indústria, começou

a explorar as reservas de gás, e o país se tornou um superavitário em um produto primário, no caso, o gás. Essa entrada em excesso de moeda estrangeira fez valorizar a moeda local, o que prejudicou a indústria exportadora, que não era mais competitiva em relação aos outros países. Concluindo, houve um processo de desindustrialização caracterizado como “precoce”, pois, diferentemente do curso natural, não houve um ganho de produtividade expressivo na indústria, e conseqüentemente, a elasticidade renda-demanda de importação ainda era muito alta.

Mas não é apenas a descoberta de recursos naturais que faz um país terem uma desindustrialização precoce, ou seja, antes de alcançar um nível de renda per capita alto o suficiente para que esse processo se desencadeie naturalmente, outras fontes segundo PALMA (2004) são consideradas forças matrizes para esse processo, que ocorreu principalmente na América Latina depois das reformas liberalistas nos anos 80. Dentre elas, destaca-se o “fim das políticas industriais e comerciais aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral.” (PALMA 2004, p.22). Essas políticas levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana ‘natural’, isto é, aquela mais de acordo suas dotações tradicionais de recursos.

Essa questão da desindustrialização na América Latina, mais precisamente no Brasil, e em destaque para as políticas macroeconômicas adotadas no período, será discutido em capítulo posterior com mais detalhes.

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MUDANÇA ESTRUTURAL

O desenvolvimento de teorias que explicam o crescimento de uma economia está fortemente vinculado ao início da própria história econômica, já que desde os primeiros postulados clássicos, como os de Smith e Ricardo, já se faziam alusão a esse tema, e o principal problema dos pensadores que se debruçaram sobre o tema foi de quais seriam os determinantes do crescimento.

Com relação à discussão sobre o assunto existem várias correntes de pensamento que se distinguem principalmente de quais seriam os principais fatores do crescimento, e a discussão de qual seria a mais apropriada foge ao escopo

desse trabalho, e também não é intenção do trabalho fazer uma longa discussão sobre o tema. Assim sendo, o referencial teórico a ser utilizado para o objetivo do trabalho é a teoria estruturalista, tendo como base a abordagem feita por HIRSCHMAN (1957), onde enfatiza a estrutura produtiva como fator determinante para o crescimento. Além disso, será apresentada uma abordagem neoschumpeteriana, onde é tratado o progresso técnico como fundamental para o crescimento econômico.

2.2.1 Estruturalismo de Hirschman: Uma estratégia para o desenvolvimento.

Albert Hirschman foi uma dos grandes pensadores sobre o tema de desenvolvimento econômico, e em sua obra mais famosa, *Estratégia do Desenvolvimento Econômico* (1958), o autor faz uma crítica a sugestão de política de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos defendida por seus antecessores no campo, onde focava no desenvolvimento equilibrado da economia, e apresenta uma nova interpretação na forma de se desenvolver economicamente, onde ele chamou de crescimento desequilibrado, segundo BIANCHI (2007).

Segundo HIRSCHMAN (1958), o desenvolvimento equilibrado defendia uma forma de desenvolvimento onde as diversas partes de uma economia deveriam “acertar o passo” para evitar dificuldades de suprimento. Por exemplo, a indústria não deveria estar muito avançada em relação à agricultura, uma vez que um crescimento maior em um setor não seria suprido pelo outro. Assim, a teoria do desenvolvimento equilibrado pregava que para uma economia se desenvolver ela deveria dar um *big push*, ou seja, dar um grande incentivo seja ele estatal ou privado, em toda a economia, assim passando de uma economia subdesenvolvida para uma desenvolvida.

HIRSCHMAN (1958) faz uma crítica contundente sobre essa teoria, dizendo que aplicação desta exige uma soma enorme de recursos em diversas áreas para o desenvolvimento simultâneo, recursos esses que se encontram em suprimentos limitados nos países subdesenvolvidos. Assim, o autor defende um desenvolvimento desequilibrado, ou seja, onde deveria ter investimentos em áreas específicas da

economia, áreas essas que deveriam ter efeitos de encadeamento para toda a economia, principalmente encadeamento para trás.

O problema se volta agora para qual setor produtivo que terá maiores incentivos à produção e desenvolvimento. Visto o nível limitado de recursos que um país subdesenvolvido venha a ter, a escolha dos setores deve contemplar aquele onde exista um maior número de efeitos de encadeamento, uma vez que:

“... na concepção de Hirschman, encadeamentos para trás correspondiam a enviar estímulos para setores que forneciam os insumos requeridos por uma atividade qualquer, enquanto encadeamentos para frente induziam o estabelecimento de novas atividades que utilizavam o produto da atividade proposta”. (BIANCHI, 2007, p. 135)

Então, se o setor tem alto encadeamento para trás, o aumento na demanda deste setor resultará no aumento a demanda dos seus fornecedores, assim, puxando a economia como um todo.

Mas o foco da sessão é destacar a contribuição de HIRSCHMAN (1958) sobre o problema de a estrutura produtiva ser extremamente fundamental ao crescimento do país, e principalmente o papel de setores onde existe um maior dinamismo produtivo, como por exemplo, a indústria, já que segundo o autor ela é a grande geradora dos ganhos de produtividade através da geração de tecnologia para o conjunto da economia.

E se existe uma unanimidade, ou quase, no campo da economia que estuda crescimento econômico, é o papel fundamental que a tecnologia e progresso técnico no desenvolvimento. E entre as teorias que abordam essa relação pode-se destacar escola schupeteriana, como será visto a seguir:

2.2.2 Tecnologia, Produtividade e Crescimento Econômico.

Dentre as principais teorias acerca da questão do crescimento econômico destacam-se os modelos que se utilizam do instrumental neoclássico, que tiveram início com o trabalho de Solow (1956). Segundo ESTERLY (2004) o modelo de Solow se utiliza de função de produção composta de capital e trabalho, e que apresentam rendimentos constantes a escala e rendimentos decrescentes em cada fator, e que a ausência de progresso técnico leva a uma taxa de crescimento per capita a zero. Para reverter essa tendência, supõe-se que a acumulação de capital

serve para repor o capital que foi deteriorado, e para equipar a nova mão de obra que entra no sistema produtivo. Essa conclusão faz crer, que para haver uma taxa de crescimento maior que a taxa de crescimento da população ativa, haverá de ter um progresso técnico. O problema de Solow foi não ter conseguido explicar a origem desse progresso técnico, sendo tratado simplesmente como um resíduo, ou seja, algo produzido fora do sistema econômico.

O tratamento devido à tecnologia como sendo uma variável exógena foi contestada por vários autores, dentro os quais NELSON (2006), onde demonstra que o progresso técnico é endógeno ao sistema produtivo.

Assim, outro pensador de relevância para o desenvolvimento de teorias do crescimento econômico é Joseph Schumpeter, que em seu trabalho Teoria do Desenvolvimento Econômico (1911) discute o papel da inovação como fator chave para o progresso técnico, e conseqüentemente, o crescimento econômico. Segundo SHIKIDA E BACHA (1998), Schumpeter diz que para a economia sair do estado de equilíbrio, para um de crescimento, deve haver a inovação, seja ela seja ela em forma de introdução de novos bens ou técnicas de produção, ou mesmo através do surgimento de novos mercados, fontes de oferta de matérias-primas ou composições industriais. E o indivíduo responsável por isso seria o inovador, podendo ele ser ou não inventor. E como se pode prever, todo esse processo é endógeno ao sistema, isto é, suas raízes então dentro do sistema econômico. E o motivo para essa busca pela inovação seria o lucro, que torna crucial ou não o capitalista de investir em inovações.

Segundo NELSON (2006) a teoria neoclássica progrediu do tratamento do avanço tecnológico como um simples resíduo sem explicação para a consideração desse avanço como resultante da acumulação de um estoque de capital em P&D. E Schumpeter se destacou por incluir a inovação como força principal para o desenvolvimento de novas técnicas. Por sua vez, os investimentos feitos pelas empresas em P&D têm sido tratados como sujeitos aos mesmos cálculos de maximização de lucros como os demais investimentos, ou seja, os gastos em P&D estão segundo essa teoria fortemente relacionada às condições do mercado, a demanda do produto e aos preços dos fatores. O autor aponta então quatro aspectos dos processos pelos quais as novas tecnologias são geradas que não acabaram sendo abordadas nas teorias acima, e que seriam: o considerado grau de incerteza envolvido, o fato de existirem múltiplos empreendedores de P&D, os

direitos de propriedade e o chamado “aprender fazendo”, que constitui um importante complemento ou sucedâneo da P&D. Essa nova abordagem de NELSON (2006) faz referência a uma nova escola de pensamento econômico derivada dos trabalhos de Schumpeter, o pensamento neo-schumpeteriano, que diz basicamente que a busca por inovação não é apenas o lucro, e sim a busca por *market share*. a busca incessante por poder de monopólio é que faz as empresas buscarem a inovação, e conseqüentemente ganhos de produtividade.

O objetivo dessa sessão foi mostrar as idéias básicas de teorias sobre o crescimento econômico, destacando os principais aspectos de cada uma. Disso, se conclui que o progresso técnico é fundamental para tal objetivo, e que ele é endógeno ao sistema produtivo, como mostrado na visão schumpeteriana e neo-schumpeteriana. Mas o porquê a abordagem estruturalista? A teoria estruturalista, como dita inicialmente, tem como base de sua concepção de que a estrutura produtiva é essencial para a obtenção do progresso técnico, e principalmente, que tipo de estrutura produtiva, como as com alto grau de dinamismo de difusão tecnológica. Mas tem algum fator, ou fatores, que podem contribuir para que a estrutura produtiva se volte para setores mais dinâmicos? O próximo tópico irá tentar responder essa questão, dando uma maior ênfase nas políticas macroeconômicas.

2.2.3 Estrutura Produtiva e as Políticas Macroeconômicas

Os fatores que influenciam uma economia a criar uma estrutura produtiva mais dinâmica são segundo OCAMPO (2005) os que incentivam a inovação, em todos os sentidos, não só o tecnológico, assim como organização produtiva e comercialização, e incentivar o desenvolvimento de setores que produzem insumos e serviços especializados (como logística e marketing), e principalmente um sistema de financiamento e uma adequada infra-estrutura.

OCAMPO (2005) destaca então quatro fatores que tem papel crucial para os dois objetivos apresentados. Em primeiro lugar devem-se integrar os países em desenvolvimento na economia mundial. Em segundo lugar, deve haver um equilíbrio adequado entre a iniciativa empresarial individual e a criação de instituições destinadas a aumentar a informação e coordenação entre os agentes. Em terceiro, deve haver uma combinação de políticas horizontais e verticais, as quais iriam dar

suporte frente à concorrência e ajudando a novos setores (criando vantagens comparativas), principalmente dando uma maior alocação para o desenvolvimento tecnológico e a promoção às exportações. E por último, deve existir um sistema de avaliação, onde os incentivos iriam ser gerados com base no desempenho.

As políticas macroeconômicas devem convergir para tais objetivos assinalados acima. Não existe um padrão a seguir, ou seja, as políticas macroeconômicas devem ser realizadas de acordo com a atual conjuntura do país em estudo. Por exemplo, para o controle da inflação em um país que se utiliza do sistema de metas de inflação, a elevação da taxa de juros é usada como principal meio, mas no momento em que ela valoriza demais a moeda local prejudicando os setores exportadores, devem-se procurar meios compensatórios como políticas fiscais e industriais de incentivo a esse setor. Concluindo, deve-se buscar uma convergência entre crescimento econômico, a partir das hipóteses acima mencionadas pelo autor, e a estabilidade macroeconômica - que no exemplo acima foi a estabilidade monetária - que não deixa de ser fundamental para o crescimento.

Assim, este capítulo teve como objetivo mostrar o referencial teórico em que se baseara o presente trabalho. No que tange as teorias acerca do crescimento econômico, foi abordado o grande impacto que tem o progresso técnico sobre o crescimento econômico, e que a busca por esse progresso está principalmente dentro do próprio setor produtivo. Setor produtivo esse que tem na indústria de transformação uma grande geradora de progresso técnico. Já na abordagem estruturalista tentou-se mostrar o grande impacto que a estrutura produtiva tem sobre a economia, onde um setor que tenha um grande poder de “arrasto” para puxar a economia deve ser privilegiado em políticas que buscam o crescimento econômico, e que conseqüentemente trazem um aumento da produtividade da economia como um todo.

E logo na primeira parte do capítulo foi mostrada a evolução dos setores produtivos, onde a troca da participação majoritária no PIB se dá por aumentos de produtividade nos setores. Também foi mostrado exemplos quando essa troca não se dá por aumentos de produtividade, e sim por outros fatores, como políticas macroeconômicas. Com isso, a perda da participação precoce da indústria no PIB, onde não foi atingido altos níveis de produtividade para tal mudança, revela um processo de desindustrialização que pode acarretar perdas no potencial de

crescimento econômico, uma vez que a indústria, como visto, é uma grande geradora de progresso técnico e difusão deste elemento para a economia.

3. DA INDUSTRIALIZAÇÃO A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Nesse capítulo será abordado o processo de industrialização e desindustrialização. Assim sendo, para um melhor entendimento do problema será feita primeiramente uma análise dos dados e a opinião de alguns autores sobre o processo de desindustrialização, em seguida será feita uma rápida discussão da forma da qual o Brasil se industrializou, e concluindo, será mostrado o processo de desindustrialização e suas prováveis causas, dando uma maior ênfase nas políticas macroeconômicas.

3.1 DA INDUSTRIALIZAÇÃO A DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA RAPIDA ABORDAGEM.

Antes de fazer a discussão da industrialização, será mostrada nesse tópico a evolução da participação da indústria no produto e no emprego, ao longo do século XX no Brasil (gráfico 2). A contextualização histórica será feita nas sessões seguintes do capítulo.

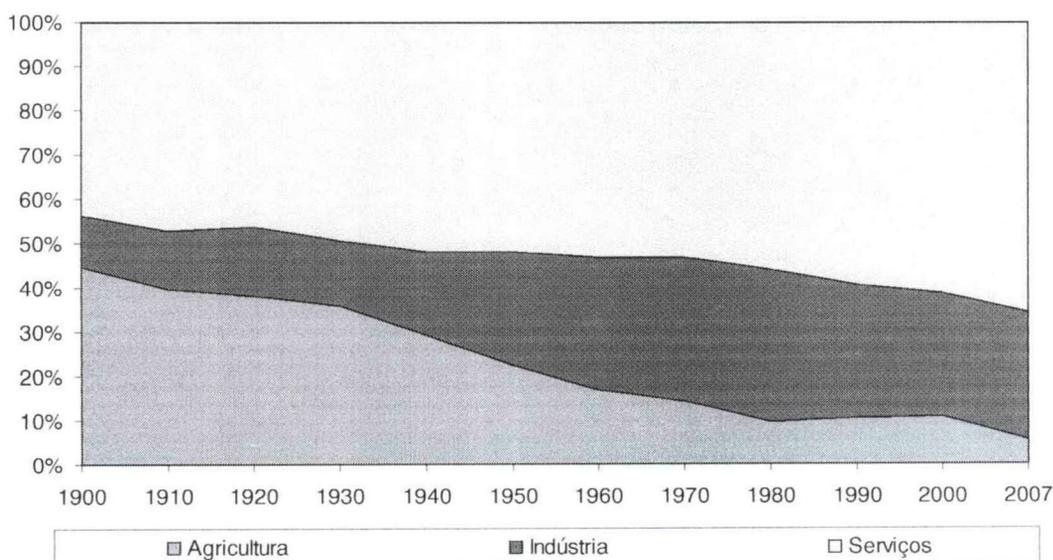


GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS NO PIB (1900 – 2007)

Fonte: BONELLI (2003) apud NAKABASHI (2008)

Pela análise do gráfico 2 pode-se observar que no começo do século XX a agricultura era o principal setor de absorção de mão-de-obra, seguido do setor de serviços, e uma pequena participação da indústria. Esse quadro começa a se alterar a partir da década de 30, onde a indústria começa a aumentar progressivamente sua participação no PIB, assim como o setor de serviços, e a agricultura perde espaço durante todo o decorrer do período.

Entretanto, nota-se um processo de perda da participação no PIB da indústria a partir da década de 80 e que continua pelos anos seguintes. Para uma complementação a ilustração do processo de desindustrialização, será mostrado os dados em forma de gráfico da distribuição do emprego pelos setores produtivos:

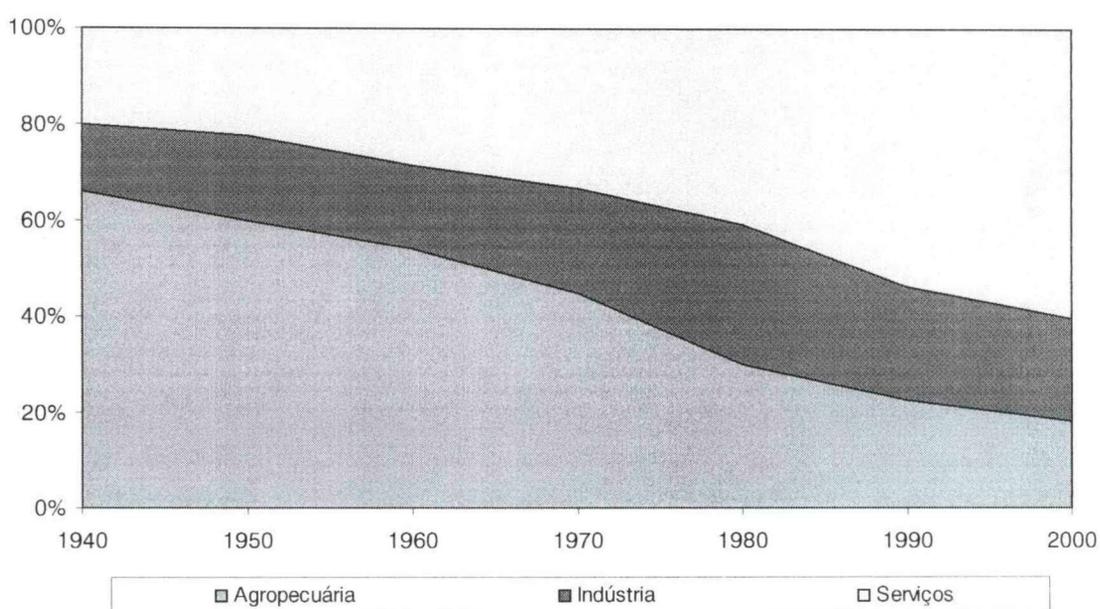


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO EMPREGO (1940 – 2000)

Fonte: IBGE (2000) apud. NAKABASHI (2008)

Analisando o gráfico 3, observa-se que a agricultura perde participação total no emprego continuamente, enquanto os outros setores ganham participação no emprego total. A indústria ganha espaço no emprego até o final da década de 70, onde a partir desse período há uma diminuição em sua participação total no emprego. O setor de serviços por sua vez a partir dos anos 80 tem um forte aumento na participação total dos empregos da economia.

Assim, a partir dos dados apresentados em comparação com o referencial teórico no primeiro capítulo do presente trabalho, pode-se caracterizar que ocorreu

no Brasil uma desindustrialização. Mas essa não seria a evolução normal do processo de crescimento econômico? Sim, quando ela advém “naturalmente”, como resultado de ganhos de produtividade na indústria. O problema é quando isso não ocorre, como o relato no capítulo referente ao referencial teórico, e que segundo alguns autores, é o que ocorreu no Brasil a partir da década de 80.

De acordo com PALMA (2005) o processo de desindustrialização do capitalismo brasileiro não seguiu a evolução normal. Segundo o autor, a queda da participação no emprego e no PIB da indústria aconteceu a um nível de renda per capita mais baixo que em comparação com outras economias desenvolvidas. As mesmas conclusões chegam SCATOLIN et al (2007).

Já FEIJÓ et al (2005) em seu trabalho não compartilha a mesma opinião, dizendo que ainda não houve uma mudança significativamente grande na estrutura produtiva, mas deixa claro que pode-se estar presente não um processo já completo de desindustrialização, mas uma incipiente desindustrialização, onde a continuidade de um câmbio sobrevalorizado pode acarretar o aprofundamento do processo.

Mas qual seria a causa dessa desindustrialização prematura no Brasil? Os autores seguem a mesma linha de raciocínio e chegam a algumas conclusões em comum, dentre elas, que foram a adoção de novas políticas macroeconômicas e ausência de políticas voltas diretamente para a indústria nas décadas de 80 e 90. O porquê da adoção dessas novas políticas, assim como sua repercussão na estrutura produtiva será discutido no decorrer do capítulo. Mas antes de analisar o que aconteceu para que o país entrasse em um processo de desindustrialização, será feita uma rápida síntese das políticas adotadas para que o país se industrializasse.

3.2 O FIM DA ERA DO CAFÉ E O COMEÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Durante boa parte da história brasileira até final da década de 20, o Brasil foi um país necessariamente exportador de commodities agrícolas, que praticamente sustentavam a economia. O café foi de grande importância durante o final do século XIX e início do século XX, onde se aproveitou do bom momento do comércio internacional, e pelo poder de produção do Brasil, que tinha grande controle dos preços pelo fato de produzir 2/3 da oferta mundial segundo CANDAL (1969).

Segundo o mesmo autor, essa cultura desviava recursos financeiros e iniciativas industriais, além de não haver uma política voltada para a proteção a indústria, uma vez que o poder político estava na mão dos grupos produtores de commodities. A produção industrial nacional assim encontrava-se nesse momento praticamente incipiente, com um crescimento muito lento.

Mas a crise econômica mundial desencadeada na década de 30. chegou ao Brasil por meio de uma rápida queda na demanda por café, e conseqüentemente, houve uma queda nos preços dos mesmos. Segundo GREMAUD et al (2002), a forma como o Brasil fez frente a crise, provocou o que Celso Furtado chamou de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, no que se refere o período em que o elemento essencial na determinação do nível de renda da economia brasileira deixou de ser a demanda externa, ou seja, a atividade exportadora, e passa a ser a atividade voltada ao mercado interno. O governo conseguiu fazer essa mudança, e a manutenção em bom nível do crescimento econômico em comparação com outros países, através de políticas consideradas heterodoxas, que são: a política da “manutenção da renda” e o “deslocamento da demanda”.

A política de manutenção da renda segundo CANDAL (1969) foi possível através de crédito e emissão de moeda, que eram utilizados para pagarem um preço mínimo aos cafeicultores, que com isso seria possível a realização da colheita, mantendo assim o emprego e a renda de muitos trabalhadores.

Assim, segundo CANDAL (1969), com a mínima demanda garantida pela política de “manutenção de renda”, há uma piora no equilíbrio do balanço de pagamentos, pela continuidade das importações, que já estava ruim com a queda da exportação de café e fuga de recursos externos criados pela crise. A fim de resolver o problema, foi promovida uma desvalorização da moeda nacional, e foi imposto um contingenciamento no uso dos recursos externos, dos quais só poderiam ser utilizados, por exemplo, para compra de bens essenciais ao país.

Assim, segundo VILLELA (2005), com esse cenário de câmbio desvalorizado, fazendo o preço dos produtos importados elevados, e uma demanda interna aquecida, estava-se favorecendo o cenário para o apoio a indústria, diferentemente que ocorria no passado recente. Com base nessa “proteção” a economia deu incentivos para que existisse uma produção nacional dos produtos que antes eram exportados, uma vez que agora os nacionais tornavam-se competitivos.

Esse processo, que ficou conhecido por “Industrialização por Substituição de Impostações”, foi um mecanismo relevante pelo qual o Brasil se industrializou pelas décadas seguintes, e será estudado mais detalhadamente no próximo tópico.

3.2.1 Características da Industrialização por Substituição de Importações (PSI)

Assim, as décadas seguintes foram de um contínuo processo de industrialização da economia brasileira, no qual esse processo ficou marcado por ser uma industrialização onde os produtos que antes eram importados, agora eram produzidos internamente. Esse tipo de industrialização tinha duas características básicas segundo GREMAUD et al (2002): primeiramente, era voltada para dentro, ou seja, visava atender o mercado interno, e não o exportador; e segundo, essa industrialização dependia em muito das proteções e incentivos que o estado oferecia.

GREMAUD et al (2002) faz uma síntese das principais proteções que a indústria recebia, onde se destacam políticas e programas voltados para o fortalecimento da indústria nacional, como o Plano de Metas (1956) realizado no governo de Juscelino Kubitschek e criação de indústrias estatais, como a Petrobrás e a CSN no governo Vargas. Todos esses programas tinham como objetivo a criação de uma base industrial, onde se pretendia criar a infra-estrutura básica para o estabelecimento da indústria nacional.

Esses planos e suas principais contribuições são muito importantes para a consolidação da indústria nacional, mas fazer uma análise mais profunda desses programas foge ao escopo do presente trabalho. Assim, o presente trabalho, como dito anteriormente, irá focar nas políticas macroeconômicas que foram utilizadas para induzir a industrialização do Brasil.

3.2.2 Principais Políticas Macroeconômicas do PSI

Segundo GREMAUD et al (2002), a principal política macroeconômica utilizada no período para a proteção a indústria foi o câmbio, o qual foi utilizado três tipos:

- Desvalorização real do câmbio: foi a primeira estratégia de proteção a indústria. Não se pode dizer na verdade que foi uma estratégia, por que o real objetivo primeiramente foi a proteção as contas nacionais com a crise de 29, como dito anteriormente. Mas que acabou induzindo a industrialização nacional;
- Controle de câmbio: estabeleceu um sistema de licenças para importar, controlando o acesso dos demandantes de divisas a moeda estrangeira. Ao se conceder um reduzido numero de licenças, diminua as importações;
- Taxas múltiplas de câmbio: nesse sistema, estabeleceram-se vários mercados cambiais (denominados, por exemplo, de câmbio livre, flutuante, comercial, financeiro etc.) destinando-se a cada um deles alguns tipos de demanda e oferta de divisas. Nesse sistema, por exemplo, o governo define que alguns produtos têm um certo tipo de câmbio, mais elevados para produtos onde exista similar na indústria nacional, e um cambio com preços mais acessíveis para produtos essenciais para a produção, como as matérias primas não produzidas internamente.

No que tange as políticas monetárias, ela foi utilizada amplamente. O estado se utilizou principalmente do mecanismo de expansão monetária, que financiava o gasto público, e do aumento do crédito, que viabilizava os investimentos privados. Segundo VILLELA (2005), era um mecanismo clássico de extração de “poupança forçada” da sociedade como um todo, via inflação, e seu redirecionamento aos agentes encarregados de realizarem os investimentos. Já as políticas fiscais, o estado com o decorrer das décadas aumentou a sua arrecadação, seja por aumento dos impostos, seja pela introdução de novos impostos. Mas setores estratégicos segundo o autor eram protegidos, principalmente a indústria.

Assim sendo, as políticas macroeconômicas durante o período foram voltadas ao estímulo à industrialização, principalmente as políticas cambiais, que foram utilizadas como mecanismos para principalmente proteger e desenvolver a indústria nacional. Mas como dito anteriormente, as políticas industriais, assim como os planos econômicos voltados a estimular o crescimento foram fundamentais para esse processo. O Plano de Metas, por exemplo, segundo REBELO (2002) foi um divisor de águas para o Brasil, assim como a criação de instituições e empresas estatais que fomentaram a indústria nacional.

Esse processo de industrialização durou até meados de 1980, onde crises internas e externas acarretaram em uma mudança nos rumos da economia. As décadas seguintes são o início do processo de desindustrialização, onde a indústria começa a perder relevância para outros setores na participação do PIB e no emprego. Essa questão, assim como as causas da mudança de rumos da economia nacional, será o tema do próximo tópico¹.

3.3 A DÉCADA PERDIDA E OS ANOS 90.

Como dito anteriormente, foi na da década de 80 que a indústria começa a perder espaço para outros setores na participação do PIB – fenômeno contrário ao observado até então. Foi nessa década que a economia se volta para outros problemas que não o processo de industrialização, mas que de certa forma resultaram da tentativa de se industrializar, principalmente na década de 70 segundo VILLELA (2005) e também da conjuntura da economia internacional. GREMAUD et al (2002) diz que a década de 80, verifica-se uma profunda instabilidade econômica com retrações nas taxas de crescimento e aceleração inflacionária, junto a isso, há uma grande crise da dívida externa.

Mas não foi apenas o cenário interno uma das causas da instabilidade econômica no final da década de 70, a conjuntura internacional influenciou bastante para o conturbado período segundo FEIJÓ et al (2007). Segundo a autora, a industrialização brasileira foi bastante beneficiada pelo cenário internacional, uma vez que apresentava uma grande liquidez para obtenção de financiamentos e um mercado em expansão. Mesmo com o 1º choque do petróleo em 1973, optou-se pela continuidade do processo de substituição de importações, assim aprofundando o déficit na balança comercial, uma vez que as exportações brasileiras foram muito prejudicadas. Soma-se a isso o pagamento da dívida, que no período apresentava uma grande elevação dos juros nos EUA para combate a inflação. Então, o 2º choque do petróleo em 1979 e crise da dívida externa fizeram papel decisivo para o fim de um período de crescente industrialização.

¹ Observa-se que um estudo mais detalhado desse processo ficaria muito extenso, e fugiria ao escopo do presente trabalho, assim, foi feita uma síntese dos principais pontos do período.

No que tange o cenário interno, a inflação foi com certeza o grande problema do Brasil do início dos anos 80 até 1994. Uma inflação que foi uma das maiores do mundo, e que tornou o Brasil um verdadeiro laboratório para políticas econômicas. Essa inflação segundo VILLELA (2005) e GREMAUD et al (2002) era resultado basicamente da expansão monetária incontrolável de governos anteriores para promover o crescimento econômico. A ânsia por crescimento era tal que mesmo em um período conturbado na década de 70, como visto anteriormente, com as crises sucessivas do petróleo, o Brasil fez altos empréstimos internacionais para financiar o crescimento. Endividamento que resultou na crise da dívida externa, o que praticamente aniquilou a intenção de investimento externo no País, afetando ainda mais o crescimento.

Mas voltando a inflação, durante o período de 14 anos – 1980 até 1994 – o Brasil voltou todos os seus instrumentos econômicos para combater a inflação, em sucessivos planos que foram um fracasso atrás do outro. Um instrumento clássico para o controle da inflação é a taxa de juros, onde no gráfico abaixo se pode ter uma visão da evolução da mesma:

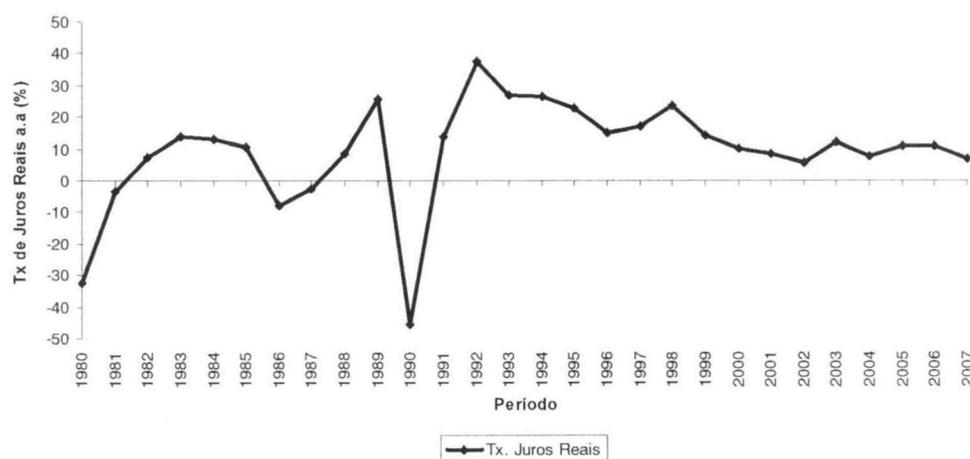


GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS REAIS (%) a.a - (1980-2007)

Fonte: Elaboração própria² a partir de dados do IPEA DATA (2008)

A década de 80 apresenta uma grande escalada da taxa de juros reais para o controle da inflação no país, como pode ser visto no gráfico 4. Sendo essa política frustrada em todas as tentativas, uma vez que um dos problemas centrais da

² Método: Subtraindo os valores da Taxa de Inflação (IPCA) da Taxa de Juros Over/Selic

inflação era a indexação dos preços da economia, que segundo VILLELA (2005) e GREMAUD et al (2002) tornava o a taxa de juros em um ambiente assim praticamente sem força para atuar, ou seja, a política monetária era passiva para combater a inflação. A inflação só foi mesmo controlada em 1994 com o Plano Real, onde basicamente criava-se uma nova moeda, antecedida da Unidade Real de Valor (URV), na qual o objetivo era a desindexação da economia. Com a economia como um todo utilizando-se da URV como referência de valor, foi introduzida uma nova moeda, o Real³.

Mas o Plano Real não abordava apenas a questão da desindexação para acabar com a inflação. Segundo GREMAUD et al (2002), O Plano aprofundava ainda mais os conceitos idealizados no Consenso de Washington, conceitos esses que vinham aplicados desde o começo dos anos 90. O Consenso de Washington⁴ era uma lista de reformas e políticas macroeconômicas da qual se acreditava ser a solução dos principais problemas dos países latino-americanos. Esse pensamento colocava que os problemas macroeconômicos enfrentados por países latino-americanos eram decorrentes, por exemplo, de ineficiências da estrutura econômica decorrente da baixa exposição à concorrência internacional e da forte presença do Estado, colocando-se, portanto, a necessidade de reformas direcionadas ao mercado.

Uma das medidas era a exposição ao mercado internacional, ou seja, a realização da abertura comercial. Essa abertura foi realizada no final da década de 80 e começo dos anos 90. O problema era que o câmbio, comparando com o poder de compra com os parceiros comerciais do Brasil, apresentava um processo de valorização, como fica claro a linha abaixo do nível 100 do gráfico 5.

³ Para mais detalhes ver "Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio", de Gesner de Oliveira, 1996.

⁴ Consenso de Washington: Termo utilizado por John Williamson. Ele utilizou esse termo para se referir a uma lista de políticas econômicas às quais ele acreditava que qualquer instituição com sede em Washington, principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, sugeriria para as economias latino-americanas. Para mais detalhes ver o trabalho de John Williamson, "A Short History of the Washington Consensus" (2004).

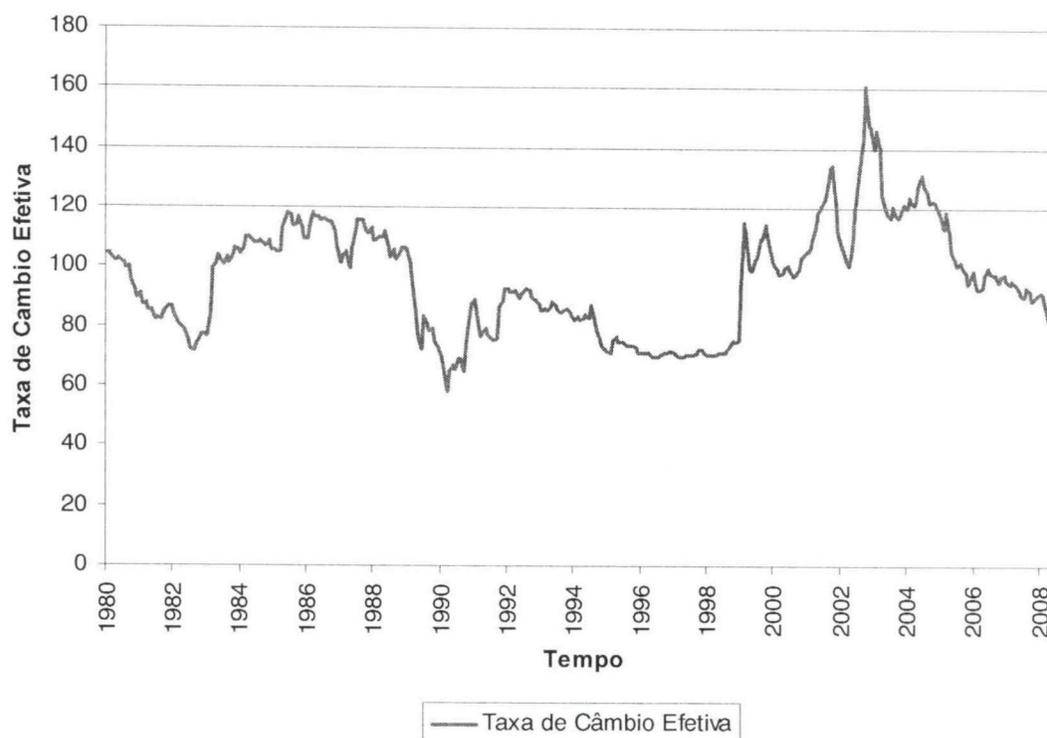


GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (2000=100)⁵

Fonte: IPEA DATA (2008)

Esses dados vão de encontro com os apresentados por GALA (2007), onde diz que o Brasil, assim como alguns países latino-americanos apresentam uma depreciação no seu câmbio durante a década de 80, como fica claro entre 1982 e 1989, e depois um longo período de apreciação da sua moeda.

Assim, como resultado dessa valorização, as contas externas brasileiras foram prejudicadas, como fica claro no gráfico 6 abaixo:

⁵ Medida da competitividade das exportações brasileiras calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil. A paridade do poder de compra é definida pelo quociente entre a taxa de câmbio nominal (em R\$/unidade de moeda estrangeira) e a relação entre o Índice de Preço por Atacado (IPA) do país em caso e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) do Brasil. As ponderações utilizadas são as participações de cada parceiro no total das exportações brasileiras em 2001. IPEA DATA (2008)

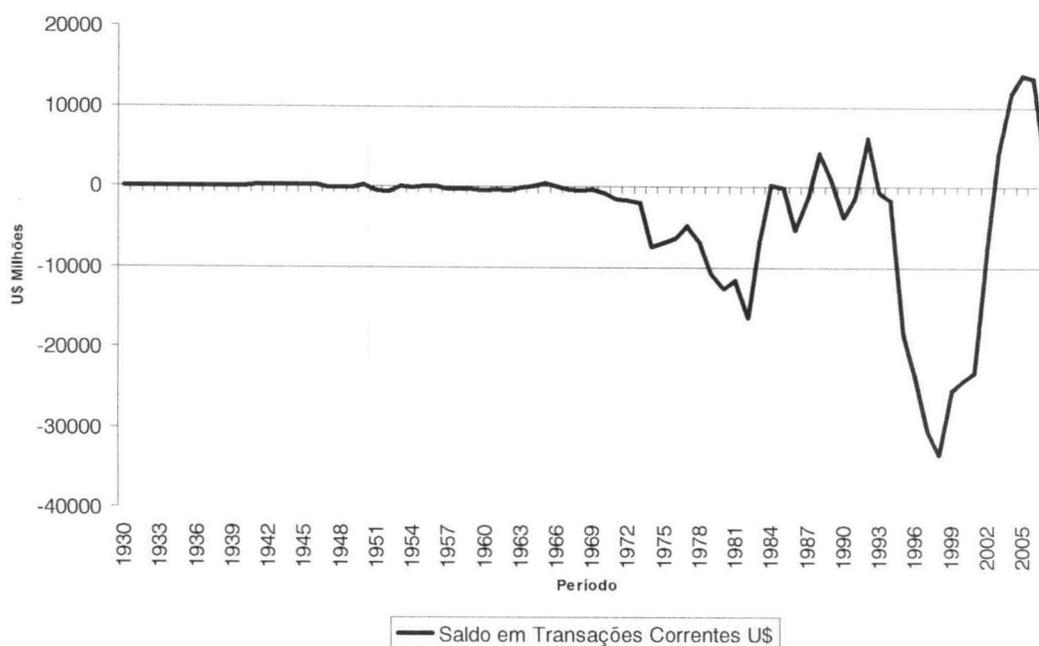


GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DO SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES

Fonte: IPEDA DATA (2008)

O saldo em transações correntes, que até a década de 1970 poderia ser considerado em equilíbrio, começa a um processo de deterioração com as crises externas nos anos 70. O saldo estava em recuperação até o final da década de 80, apesar da valorização da moeda nacional frente a estrangeiras. Mas com a abertura comercial no final da década de 80, o saldo em transações correntes deteriora-se consideravelmente, como fica claro no gráfico.

O câmbio manteve-se valorizado até 1999 para que as importações fossem competitivas com os produtos nacionais, assim, dificultando a volta da inflação VILELLA (2005) e GREMAUD et al (2002). Mas esse câmbio era mantido supervalorizado pela taxa de juros, que por sua vez era mantido elevado para compensar o enorme déficit em transações correntes pela entrada de capitais. A evolução da taxa de juros pode ser observada no gráfico 4.

E foi apenas em 1999, com as crises internacionais que afugentavam o investimento estrangeiro, mesmo com a taxa de juros altíssima, que o Brasil deixa de ter o câmbio supervalorizado em relação ao dólar⁶, deixando-o flutuante no

⁶ Entre 1994 e 1999 o Brasil adotou uma política de controle de inflação baseada em âncora cambial. Essa política terminou em 1999 depois de sucessivas crises internacionais. Assim, o país adota uma nova política de controle da inflação em 1999, o sistema de Metas de Inflação. Para mais detalhes ver o texto de BOGDANSKI et al (2000), *Implementing Inflation Targeting in Brazil*.

mercado. Com isso houve a desvalorização do real de forma abrupta, como se pode observar no gráfico 5.

Como dito anteriormente, o Plano Real também abordava outras áreas além da parte monetária e cambial para o controle inflacionário, como a política fiscal, que segundo GREMAUD et al (2002) visava equacionar o desequilíbrio orçamentário impedindo que daí decorresse pressões inflacionárias. Tal ajuste se baseava em três elementos principais: corte de despesas; aumento dos impostos e diminuição nas transferências do governo federal.

3.4 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO: POSSÍVEIS CAUSAS

Depois da explanação feita no presente capítulo, o quadro 1 apresenta uma comparação em dois períodos distintos da economia brasileira, com o levantamento de alguns pontos chaves:

1930-1980 (Crescimento e Industrialização)	1980-2000 (Combate a inflação e Desajustes Macroeconômicos)
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização da Taxa de Câmbio para proteção à industrial. • Grande oferta de crédito • Alto gasto público em infraestrutura e apoio fiscal a indústrias. • Economia fechada 	<ul style="list-style-type: none"> • Câmbio na maior parte do período valorizado • Diminuição da oferta de crédito e altas taxas de juros reais • Abertura Econômica • Corte nos gastos públicos e diminuição de proteção a indústria (inexistente praticamente depois da abertura comercial)

QUADRO 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE PERÍODOS NO BRASIL - 1980/80 E 1980/2000

Fonte: Elaboração Própria

Observa-se a diferença entre os dois períodos, na qual existem diferentes políticas macroeconômicas e institucionais. Essas condições provavelmente

favoreceram a perda da participação da indústria no PIB, e uma diminuição no crescimento econômico no período de 1980 a 2000. Essa mudança na condução da política foi feita como mostrado para a resolução de outros problemas advindos da mudança do cenário externo e das condições macroeconômicas presentes na economia brasileira. A inflação em níveis altíssimos tem que ser combatida, uma vez que ela é mal para a economia, e principalmente para as camadas mais pobres, que vêem seu poder de compra se deteriorar-se.

Uma das possíveis conseqüências do combate a inflação no Brasil, assim como de outros desajustes econômicos, foi a perda da indústria no PIB. Ainda na década atual voltamos a uma taxa de câmbio valorizada e com uma taxa de juros real ainda alta em comparação com outros países, como pode ser visto no gráfico acima, assim como uma política fiscal voltada para combater a inflação, e com políticas industriais consideradas tímidas.

Neste contexto, o próximo capítulo discute até que ponto o processo de desindustrialização pode ser considerado um problema para o crescimento, ou melhor, para o desenvolvimento econômico do Brasil no longo-prazo.

4. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O presente capítulo tem como objetivo fazer um panorama geral da atual situação dos setores da indústria e de serviços na participação do emprego e na renda nacional. Utilizando-se do referencial teórico e de comparações com outros países é apresentada uma discussão sobre o crescimento econômico brasileiro no longo prazo e a mudança estrutural pela qual o país está passando. E para finalizar o texto, uma breve sugestão de condução de política econômica que poderia ser utilizada para reverter o quadro de desindustrialização que se encontra o país, claro, baseado no referencial teórico apresentado no primeiro capítulo.

4.1 INDÚSTRIA E SERVIÇOS: UMA VISÃO MAIS DETALHADA

Analisando de forma mais desagregada, observa-se no gráfico 7 uma situação interessante sobre a evolução dos setores indústrias no produto industrial entre 1980 e 2007, onde mostra que o setor de transformação vem perdendo participação no PIB industrial durante toda as décadas de 80 e 90.

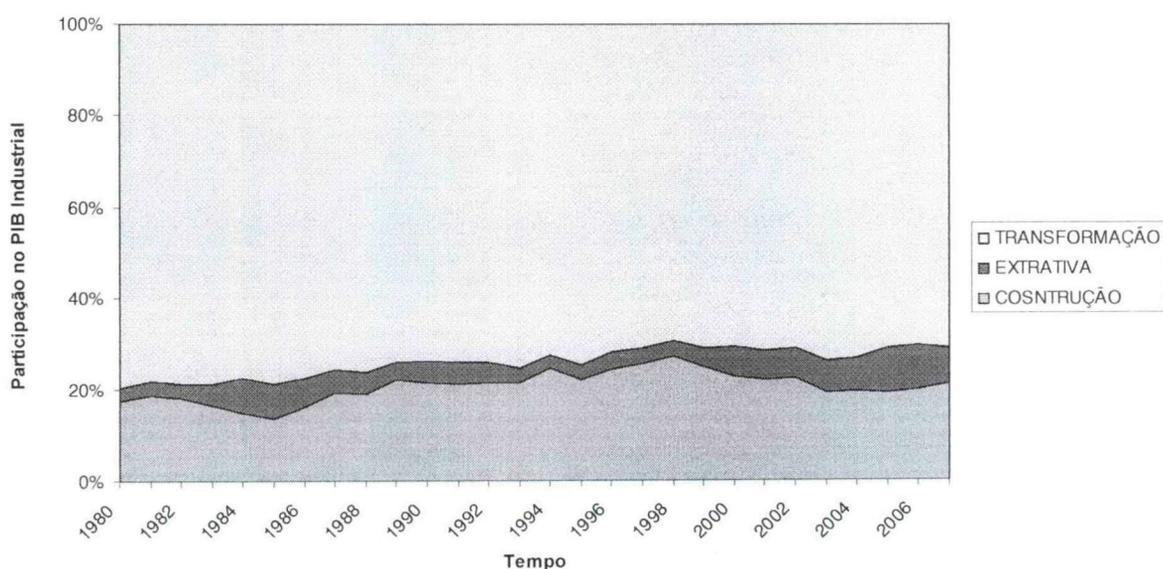


GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DOS SETORES INDUSTRIAIS NO PRODUTO INDUSTRIAL

Fonte: IPEA DATA (2008) apud IBGE (2008)

O gráfico 7 mostra a participação dos vários setores da indústria dentro do PIB Industrial. Observa-se que o setor de transformação domina todo o PIB durante o período, mas o que antes chegava a 80% da participação no PIB, esse valor caiu para algo em torno de 70%. Uma perda de 10 pontos percentuais em 20 anos, ao contrário dos outros setores, que viram sua participação aumentarem no período.

Essa análise pode ser complementada com o trabalho de SCATOLIN et al (2007), aonde os autores chegam a conclusão sobre a participação do emprego dentro do setor de transformação, onde diz que setores de alta tecnologia estão perdendo participação no emprego industrial, enquanto setores de baixa tecnologia e recursos naturais estão ganhando.

Ou seja, além da indústria como um todo estar perdendo participação no PIB, como mostrado no capítulo anterior, os setores industriais de transformação estão perdendo participação no PIB industrial, assim como setores de alta tecnologia na indústria estão perdendo emprego, enquanto setores de baixa produtividade estão ganhando. Por essa análise pode concluir que além de estar havendo uma desindustrialização, está ocorrendo uma especialização da indústria em setores menos dinâmicos.

E o setor de serviços, ao invés de gerar empregos mais produtivos de alta capacidade tecnologia, pelo contrário. Segundo SCATOLIN et al (2007), os segmentos que mais ganharam participação no emprego do setor de serviços foram os de baixa e média intensidade tecnológica, e que não exigem um elevado nível de qualificação. Portanto, o potencial que esses segmentos possuem em gerar um dinamismo econômico é baixo.

4.2 PRODUTIVIDADE, INDÚSTRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Como explicado no primeiro capítulo do presente trabalho, todas as teorias de crescimento, apesar de suas diferenças e peculiaridades, mostram uma semelhança, o importante papel do progresso técnico para o crescimento econômico. Essas teorias vão de encontro com a constatação empírica, por exemplo, na análise abaixo feita por SCATOLIN et al (2007), sobre as taxas de produtividade de diversos países e o crescimento econômico:

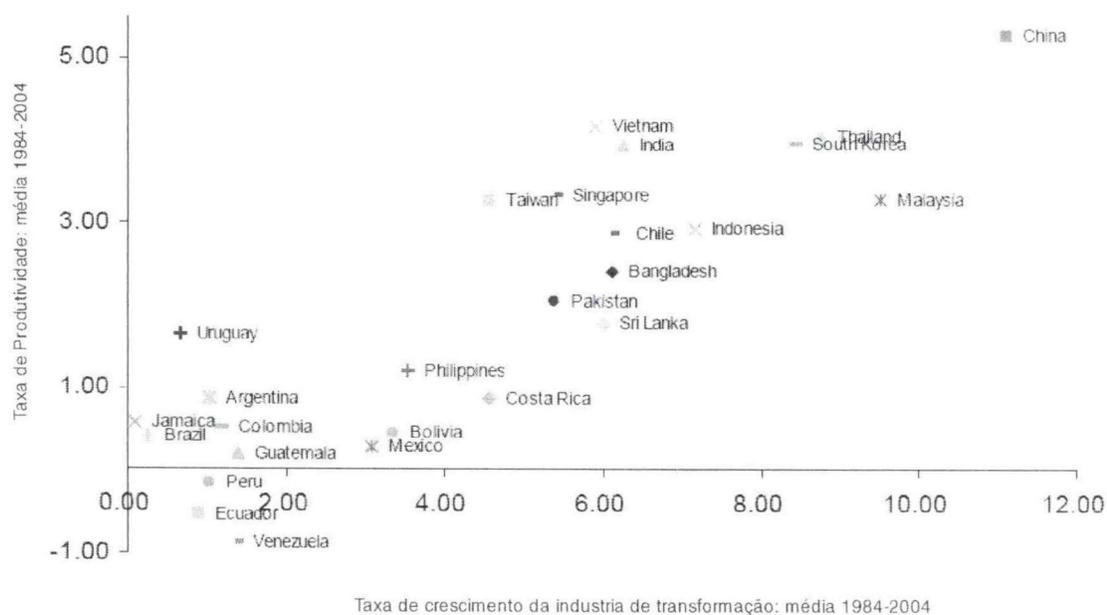


FIGURA 1 - RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1986-2004

Fonte: Elaboração de SCATOLIN et al (2007) a partir dos dados de Growth and Development Centre Total Database, January 2007 e OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Na figura 1 pode-se observar uma relação positiva entre taxa de crescimento da produtividade industrial e taxa de crescimento da indústria de transformação. E como já explicado nas teorias de crescimento econômico, onde diz que o progresso técnico, e conseqüentemente a produtividade é essencial para o crescimento, a figura 2 mostra possa existir uma correlação onde o aumento da indústria de transformação e o crescimento econômico.

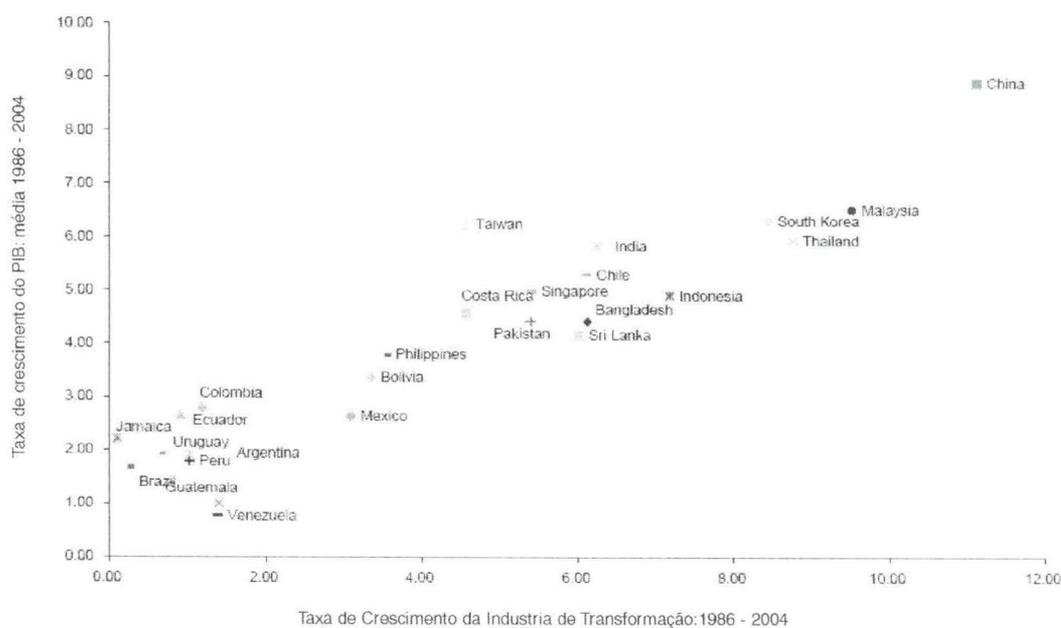


FIGURA 2 – RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: 1986 – 2004.

Fonte: Elaboração de SCATOLIN et al (2007) a partir dos dados de Growth and Development Centre Total Database, January 2007 e OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Concluindo, o progresso técnico é fundamental para taxas de crescimento econômico sustentáveis.

Não desconsiderando outras áreas aonde a taxa de produtividade vem crescendo, mas o progresso técnico na indústria é essencial pelo seu poder de encadeamento para frente e principalmente para trás, e conseqüentemente, de puxar a economia como um todo. A indústria de transformação, principalmente a baseada em tecnologia, é importante motor de inovação, o que segundo Schumpeter, é base fundamental para o crescimento econômico. E é nesse setor que acontece a maior introdução de novos e variados bens, dando um maior empuxo para o progresso técnico, conseqüentemente uma maior produtividade. O gráfico 8 mostra a evolução da participação da indústria de transformação no Brasil desde 1947 até 2007, onde fica claro a perda da participação da mesma no país:

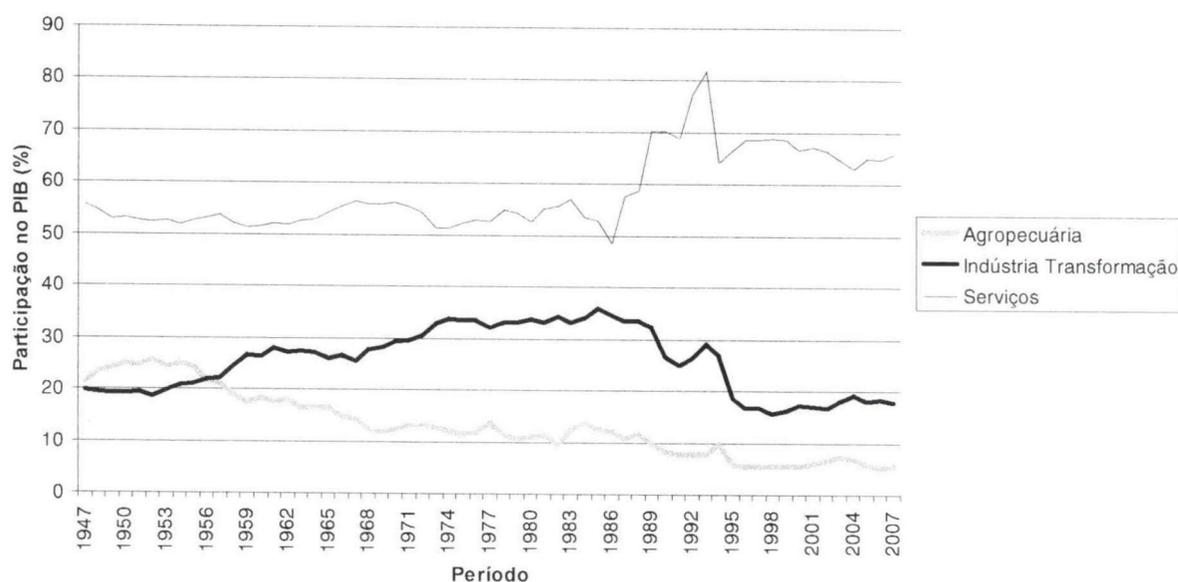


GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL (1947-2007)

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do IBGE (2008)

Assim, levando-se em conta as teorias de crescimento e as análises empíricas realizadas, o Brasil está possivelmente no caminho contrário ao que se espera de um país que quer crescer continuamente. Outro ponto a ser abordado é a especialização precoce da estrutura produtiva.

Segundo CARVALHO e KUPFER (2007) existe uma relação em forma de “U” entre renda e diversificação produtiva. Segundo o autor, existe uma trajetória natural de desenvolvimento econômico na qual a diversificação tem uma tendência a aumentar até certo nível de renda per capita, e depois a estrutura produtiva volta a se especializar.

Segundo esse estudo, o Brasil está se especializando em uma faixa de renda per capita muito baixa em comparação com outros países desenvolvidos, assim, concluindo que há uma especialização prematura da indústria brasileira. CARVALHO e KUPFER (2007) concluem o trabalho dizendo que a diversificação da indústria traria os melhores resultados para o processo de desenvolvimento econômico, e o país só deveria iniciar sua trajetória a especialização se esta se desse em setores capazes de gerar um nível de crescimento econômico ainda maior, ou seja, as atividades difusoras de inovação e com maiores impactos no aumento da produtividade.

Para uma melhor ilustração dessa especialização, pode-se observar quadro 2, na qual mostra a evolução da composição setorial da indústria de transformação no Brasil:

Classificação setorial	1966	1973	1979	1983	1989	1993	1999	2003
Extrativa	3,2%	2,6%	2,7%	5,3%	5,0%	3,6%	3,3%	3,3%
Fumo	1,1%	1,2%	1,2%	1,0%	1,1%	1,2%	1,2%	0,8%
Madeira	2,5%	3,3%	2,5%	1,5%	1,2%	1,2%	1,5%	1,9%
Metalúrgica	11,3%	12,3%	12,9%	10,3%	13,7%	11,4%	10,4%	12,1%
Minerais não-metálicos	5,0%	5,1%	5,7%	4,8%	3,9%	4,0%	4,1%	4,2%
Papel e celulose	2,5%	3,1%	3,3%	3,1%	3,6%	3,0%	4,5%	5,1%
Química	11,9%	10,0%	11,6%	13,4%	10,7%	14,6%	15,5%	13,1%
Sub-total Commodities	37,4%	37,6%	39,9%	39,5%	39,2%	38,8%	40,5%	40,5%
Material de transporte	9,5%	7,8%	6,8%	8,5%	9,1%	10,6%	8,3%	10,9%
Mat. elétrico e comunicações	6,1%	5,9%	6,4%	6,5%	9,4%	8,9%	7,7%	6,0%
Mecânica	4,6%	9,0%	10,5%	9,0%	9,3%	6,7%	6,4%	6,7%
Sub-total Maior Conteúdo Tecnológico	20,2%	22,7%	23,7%	24,1%	27,8%	26,2%	22,4%	23,6%
Alimentos e bebidas	17,4%	14,1%	13,0%	14,3%	11,4%	15,2%	18,3%	19,2%
Borracha e plásticos	3,2%	4,3%	4,0%	3,8%	4,3%	3,7%	4,2%	4,5%
Diversas	2,1%	2,1%	2,6%	2,5%	2,7%	2,1%	1,0%	0,8%
Editorial e gráfica	2,7%	3,3%	2,7%	2,5%	1,9%	2,1%	4,6%	3,6%
Mobiliário	1,7%	2,0%	1,9%	1,4%	1,2%	0,9%	1,4%	1,2%
Têxtil	11,1%	9,6%	7,0%	5,7%	5,2%	5,2%	3,4%	2,6%
Vestuários, couros e calçados	4,1%	4,4%	5,4%	6,3%	6,3%	5,9%	4,3%	4,0%
Sub-total Tradicionais	42,4%	39,8%	36,6%	36,4%	33,0%	35,0%	37,2%	35,9%
Total	100,0%							
GH	30,56	28,79	28,89	29,2	29,05	30,58	31,21	31,65

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO SETORIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL.

Fonte: elaboração de CARVALHO e KUPFER (2007) a partir de dados do PIA/IBGE

Pela tabela pode-se observar que a indústria de maior conteúdo tecnológico tem uma crescente participação na indústria de transformação até 1989, no ano anos seguintes já há uma queda da sua participação. Enquanto que outros setores, como o de commodities, que viam perdendo espaço a partir de 1983, voltam a ganhar. Nota-se que os anos de inflexão desses valores são na década de 80 e 90, época essa que como já discutido no trabalho, foram de muitas mudanças institucionais e macroeconômicas, assim como a abertura comercial.

E para completar o trabalho de CARVALHO e KUPFER (2007) sobre essa especialização da indústria, o gráfico 8 apresenta a pauta das exportações brasileiras por fator agregado:

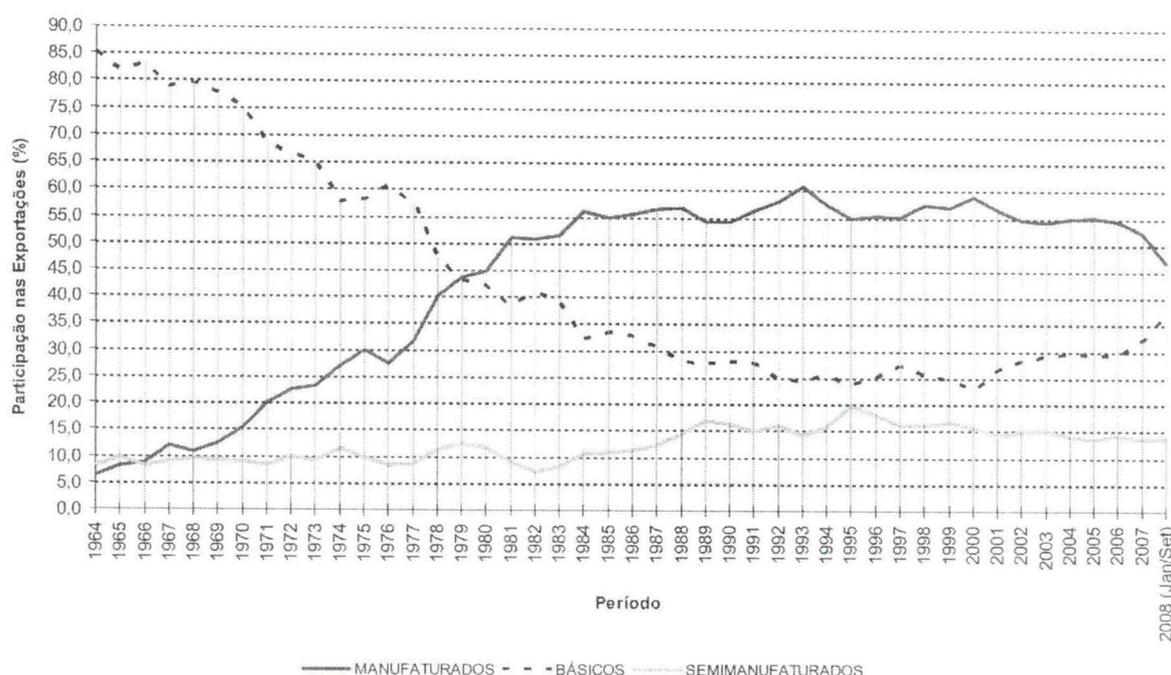


GRÁFICO 9 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO - 1964 a 2008.

Fonte: MDIC / Secretaria de Comércio Exterior – SECEX

Observando o gráfico 9, fica claro a partir da década de 80 que a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação, com maior valor agregado, fica estagnada e começa a cair no final da década de 90. Já o setor de produtos básicos, que vinha decrescendo, a partir de 1995 volta a crescer, e com maior grau no final da década de 90. Concluindo, CARVALHO e KUPFER (2007) concordam que a indústria brasileira é bem diversificada, mas essa diversificação não está apta, em comparação com países desenvolvidos, para o início de uma nova especialização da estrutura produtiva. E o que se observa é que em certo grau, está havendo uma incipiente especialização da indústria em setores de menor conteúdo tecnológico.

Concluindo, o presente trabalho não tem como objetivo mostrar, ou tentar prever, acontecimentos no longo-prazo, mesmo por que a análise feita aqui não foi de tal detalhamento que se possa ao menos prever o longo prazo da economia. Mas, levando em conta os dados obtidos, as análises de autores e o referencial teórico presente na literatura econômica, fica claro que no longo prazo o país poderá a ter problemas de crescimento econômico no que tange a indústria, uma vez que a indústria de transformação é um grande força de difusão de tecnologia e

produtividade, e grande força de arrasto de uma economia, como já dito anteriormente.

4.3 ESTABILIDADE MACROECONÔMICA, POLÍTICA INDUSTRIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Na última década, o Brasil passou por uma grande transformação macroeconômica, onde pela primeira vez em muitos anos se viu uma estabilidade de variáveis importantes da economia. Esse fator, a estabilidade, é importante para o crescimento econômico, como diz uma nota sobre política industrial do MDIC (2003), onde diz que essa estabilidade é fundamental para a retomada do investimento privado e do crescimento econômico.

Mas ao mesmo tempo em que essas políticas macroeconômicas estabilizam a economia, elas não devem deixar de focar no crescimento econômico do país. Como já visto anteriormente, altas taxas de juros reais, assim como forte restrição a gastos governamentais e taxas de câmbio desfavoráveis para a competitividade da indústria ocasionam um paralisia no crescimento industrial, e conseqüentemente do crescimento econômico.

A utilização de políticas industriais para compensar essas perdas que a indústria vem sofrendo é uma grande discussão no meio acadêmico. Alguns autores defendem a não utilização de políticas verticais, ou seja, que atentam apenas para um setor, mas defendem políticas horizontais, como a utilização de “política fiscal austera, ajuste fiscal de qualidade, controle da inflação, incentivo à poupança, investimento em capital humano e infra-estrutura.”, conforme PINHEIRO et al (2006). Mas, outros autores como Chang (1994), segundo GADELHA (2001) defendem uma atuação mais vertical desse tipo de política, visando principalmente a indústria mais inovativa e com propensão a maiores ganhos de produtividade. CHANG (2003) aliás faz um levantamento histórico das políticas adotadas nos países que hoje são desenvolvidos, mostrando que esses países, ao contrário do que pregam atualmente, adotaram políticas industriais verticais em pontos estratégicos da indústria, o que segundo o autor explica em parte o porquê de esses países estarem na posição que estão hoje.

Concluindo, a estabilidade econômica é importante, mas ao mesmo tempo não deve prejudicar setores chaves da economia, como a indústria. Assim, baseado na leitura de OCAMPO (2005), deve se ter medidas compensatórias para os setores que são estratégicos, mas que perdem competitividade por exemplo, pelo fato de um câmbio valorizado demais. Voltando no primeiro capítulo do presente trabalho, o autor mostra quatro pontos que devem ser buscados pelas políticas industrial e macroeconômicas, pontos esses considerados chaves para a busca do desenvolvimento de setores estratégicos para a economia, que no caso do presente trabalho, seria a indústria de transformação, principalmente a de alta tecnologia.

5. CONCLUSÃO

No presente trabalho tentou-se mostrar a importância da indústria de transformação na difusão de tecnologia, e conseqüentemente no aumento de produtividade. Mostrando referências e breves levantamentos históricos feitos por autores que comprovam a importância da indústria no aumento da produtividade, e conseqüentemente do crescimento econômico.

Seguindo com o desenvolvimento do trabalho, foi realizado um levantamento histórico dos motivos que induziram a industrialização no Brasil, assim como a desindustrialização a partir dos anos 80, dando maior ênfase nas políticas macroeconômicas, das quais ficou claro que tiveram papel importantíssimo nesse processo.

Assim, segundo os autores apresentados, assim como levantamento feito nesse trabalho, que o Brasil apresentou processo de desindustrialização precoce entre as décadas de 80 e 90. As possíveis causas não foram o resultado apenas de um aumento da produtividade, e sim de fatores relacionados à condução política macroeconômica, que alias ainda dificultam a disseminação das indústrias com maior propensão a inovação e produtividade.

Essa dificuldade é resultado de duas décadas praticamente perdidas no ponto de vista de industrialização, onde o foco das políticas econômicas não estava voltada para o crescimento, diferentemente de outros períodos recente da história econômica brasileira, mas sim para o controle das variáveis macroeconômicas. A estabilização foi atingida na década seguinte, mas como resultado foi acompanhada de fraco desempenho econômico.

Estabilização essa que não deixa de ser importante para a economia crescer sustentavelmente. Mas chegando ao ponto em que tais políticas interferem fortemente no desenvolvimento de setores chaves da economia, é necessário rever a condução de políticas de estímulo a atividade industrial.

Assim, talvez medidas compensatórias para proteção a indústria de transformação, principalmente a de alta tecnologia, são essenciais para que o crescimento econômico mantenha-se em níveis constantes e satisfatórios no longo no longo prazo, e do qual possa talvez reverter o atual quadro de desindustrialização.

6. REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. M. **Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 131-150, agosto de 2007.

BONELLI, R. **Nível de Atividade e Mudança Estrutural**, em Estatísticas do Século XX. IBGE, Rio de Janeiro, RJ. 2003.

BOGDANSKI, J., TOMBINI, A.E WERLANG, S. **Implementing Inflation Targeting in Brazil**. Trabalho para Discussão No. 01, Banco Central do Brasil. 2000.

CANDAL, A. et alii. **A industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas**. In: VERSIANI, F. R. e MENDONÇA DE BARROS, J. R. (orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo, Saraiva, Série ANPEC, 1978.

CARVALHO, L; KUPFER, D.. **A transição estrutural da indústria brasileira: da diversificação para a especialização**. Artigo aceito para o XXXV Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Recife, 2007.

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: Macmillan, 1957

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

EASTERLY, W. **O Espetáculo do Crescimento**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004

FEIJO, C. A. LAMONICA, M. T. **Crescimento e Industrialização no Brasil: As lições das leis de Kaldor**. In: 12o. Encontro Regional de Economia, 2007, Fortaleza. 12o. Encontro Regional de Economia, 2007

FEIJÓ, Carmem A., Carvalho, Paulo G. M. e Almeida, Júlio S. G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. São Paulo: IEDI, novembro de 2005

GADELHA, C. A. **Política Industrial: Uma Visão Neo-Schumpeteriana Sistêmica e Estrutural**. Revista de Economia Política, vol. 21, nº 4 (84), outubro/dezembro de 2001.

GALA, Paulo. **Política Cambial e Macroeconomia do Desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Dissertação de Mestrado, Maio de 2006.

GERSHUNY, J.I; MILES, I.D. **La nueva economia de servicios – La transformación dei empleo en las sociedades industriales**, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988.

GREMAUD, A.P.; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr,R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Site: <http://www.ipeadata.gov.br> . Acessado em 27/10/2008.

MDIC – **Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio**. <http://www.mdic.gov.br>. Acessado em 04/11/2008.

NAKABASHI, L.; CRUZ, M. J. V.; SCATOLIN, F. D. **Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da industria brasileira**. 2008, Revista de economia Contemporânea.

NELSON, R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006

OCAMPO, J. A. **Structural dynamics and economic growth in developing countries**. In José Antonio Ocampo (ed.) Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability. Stanford: Stanford University Press, 2005.

OLIVEIRA, Gesner. **Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio**, São Paulo, Ed. Mandarim, 1996.

PALMA, G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de Doença Holandesa**. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, FIESP e IEDI. Centro Cultural da FIESP, 28 de Agosto de 2005.

PINHEIRO, C., FERREIRA C. P., PESSOA, S.A e SCHYMURA, M. **Por que o Brasil não precisa de Política Industrial?**. Ensaio Econômicos da Fundação Getulio Vargas, nº 644. março de 2007.

REBELO, R. F. **Plano de Metas e consolidação do capitalismo industrial no Brasil**. Revista E & G de Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p. 44-55, dez. 2002/jul. 2003

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R., **Growth, Trade, and Deindustrialization**. International Monetary Fund (IMF) Staff Papers, vol. 46, n. 1: 18-41, 1999

SCATOLIN, F. D. ; CRUZ, M. J. V. ; NAKABASHI, L. ; PORCILE, G. **Uma análise do impacto da composição ocupacional sobre o crescimento da economia Brasileira**. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2007, Recife. XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2007.

SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. **Notas sobre o Modelo Schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento**. Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v.5, n.10, maio, 1988.

VILLELA, A. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**, Rio de Janeiro: Editora Campus. 2005.